

A. I. N° - 09271201/03
AUTUADO - PADARIA SKIPÃO LTDA.
AUTUANTE - ERLANE BIZERRA SALES
ORIGEM - IFMT - DAT/SUL
INTERNET - 03.02.2004

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0003-04/04

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. De acordo com a legislação tributária estadual, a nota fiscal deverá ser emitida antes da saída da mercadoria. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 22/09/03 pela fiscalização do trânsito de mercadorias, exige o pagamento de multa no valor de R\$ 690,00, em razão da falta de emissão de nota fiscal de venda a consumidor, comprovado por meio de auditoria de caixa, conforme termo anexado aos autos.

O autuado apresentou defesa tempestiva, fls. 8 e 9, alegando que, na data da ação fiscal, estava em processo de regularização junto ao fisco, e que não estava emitindo nota fiscal por falta de liberação da inscrição estadual para início de funcionamento. Aduz que efetuou o pedido de reinclusão da inscrição e de alteração de endereço e dados da empresa em 12/09/03, protocolo nº 515696/2003-2, sendo que o prazo médio de liberação desse pedido é de oito dias. Afirma que havia no estabelecimento apenas instalações e alguns produtos em fase de teste para posterior fabricação e venda aos consumidores, fato que não foi considerado pelo autuante. Questiona como pode uma empresa ser impedida de testar seus equipamentos e receitas? Ao final, solicita que o Auto de Infração seja julgado nulo e arquivado.

A auditora designada para prestar a informação fiscal, às fls. 12 e 13, diz que não assiste razão ao autuado, pois o Termo de Auditoria de Caixa à fl. 5 comprova a infração, uma vez que registra a existência de valor em caixa e a total ausência de notas fiscais emitidas. Afirma que a alegação defensiva de que não havia obtido a liberação do pedido de reinclusão da inscrição cadastral não justifica o procedimento ilícito apurado. Ao final, opina pela procedência do Auto de Infração.

VOTO

Trata o presente Auto de Infração da exigência do pagamento de multa em decorrência de falta de emissão de documento fiscal nas operações de vendas a consumidores finais, apurada por meio de auditoria de caixa, conforme o Termo de Auditoria de Caixa anexado à fl. 5.

A auditoria de caixa, efetuada pelo fisco nos estabelecimentos varejistas, é um procedimento que é utilizado rotineiramente para verificar a regularidade da emissão de documentos fiscais. No caso em lide, o Termo de Auditoria de Caixa comprova que, no dia 22/09/03, o autuado efetuou vendas sem a emissão de notas fiscais, no valor de R\$ 85,00. Em consequência dessa irregularidade, o autuante, corretamente, lavrou o presente Auto de Infração para a cobrança de penalidade por descumprimento de obrigação acessória.

Não acato as alegações defensivas pertinentes à sua situação cadastral e a demora na liberação de talonários fiscais, pois a falta de liberação do pedido de reinclusão e de mudança de endereço não elide a acusação e, além disso, essa alegação evidencia que o autuado estava também funcionando em situação irregular. Do mesmo modo, não pode prosperar o argumento da defesa, segundo o qual o estabelecimento não estava ainda funcionando, pois os valores encontrados em caixa comprovam o efetivo funcionamento do estabelecimento comercial.

Em face do comentado, entendo que a infração está devidamente caracterizada, que foi correto o procedimento do autuante e que é devida a multa indicada no lançamento.

Pelo exposto acima, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 09271201/03, lavrado contra **PADARIA SKIPÃO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 690,00**, prevista no art. 42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de janeiro de 2004.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR